



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Processo nº: 224.717/2019-e.

Jurisdicionada: Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF.

Assunto: Edital de Concurso Público.

Ementa:

- Edital de Concurso Público para o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Jurídico (várias especialidades) e de Técnico Jurídico (várias especialidades), da Carreira Apoio às Atividades Jurídicas da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, regulado pelo Edital nº 1 – PGDF, publicado no DODF de 20/12/2019. Período de inscrições: 03/02/2020 a 20/02/2020. Conhecimento;
- Corpo Técnico: sugere a fixação de prazo para correções do edital, sem prejuízo do regular seguimento do certame;
- Decisão liminar convergente, com acréscimo.

RELATÓRIO/DECISÃO LIMINAR

Trata-se de exame do Edital nº 1 – PGDF (e-doc 81187D6F-e), publicado no DODF de 20/12/2019, que divulga a realização de concurso público para o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Jurídico (várias especialidades) e de Técnico Jurídico (várias especialidades), da Carreira Apoio às Atividades Jurídicas da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF.

Os autos vieram instruídos com a INFORMAÇÃO Nº. 1/2019 - DIFIPE3 (e-doc EF23FF66-e), nos termos seguintes:

2. Por meio da Portaria nº 282/2018 (DODF de 27/072018), a então SEPLAG/DF, atual Secretaria de Economia do DF, delega à PGDF competência para realizar concurso público para provimento de 57 (cinquenta e sete) vagas para o cargo de Analista Jurídico e 43 (quarenta e três) vagas para o cargo de Técnico Jurídico, da Carreira Apoio às Atividades Jurídicas da PGDF, nos termos da autorização do Comitê de Política de Pessoal – CPP/Governança/DF, objeto do processo nº 00020-00029843/2017-70.

3. A teor do subitem 1.1, o concurso público será executado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe).

4. A seleção para os cargos de Analista Jurídico e de Técnico Jurídico compreenderá as seguintes fases, de responsabilidade do Cebbraspe (subitem 1.2): a) provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

para os dois cargos; b) prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, somente para o cargo de Analista Jurídico.

5. Os futuros servidores estarão subordinados ao Regime Jurídico dos Servidores Cíveis do Distrito Federal (LC nº 840/2011) e à Lei nº 5192/20131 (subitem 1.4)

6. Nos termos do subitem 1.5.1, o edital em exame, bem como eventuais retificações, poderão ser impugnados no período compreendido entre 23 e 30/12/2019.

7. A jornada de trabalho, a remuneração, a descrição sumária das atividades, bem como os requisitos de escolaridade constam do item 2. Os requisitos básicos para a investidura no cargo foram informados no item 3.

8. A teor do item 4, foram oferecidas 57 (cinquenta e sete) vagas para o cargo de Analista Jurídico e 43 (quarenta e três) para o cargo de Técnico Jurídico, todas para provimento imediato, de acordo com as seguintes especialidades:

Cargo/Especialidade	Total de vagas	Vagas para ampla concorrência	Vagas para candidatos com deficiência	Vagas para candidatos Negros
Analista Jurídico/Administração	4	3	*	1
Analista Jurídico/Analista de Sistema (Desenvolvimento de Sistemas)	8	5	1	2
Analista Jurídico/Analista de Sistema (Suporte e Infraestrutura)	6	4	1	1
Analista Jurídico/Arquivologia	1	1	*	*
Analista Jurídico/Biblioteconomia	1	1	*	*
Analista Jurídico/Contabilidade	12	8	2	2
Analista Jurídico/Direito e Legislação	20	12	4	4
Analista Jurídico/Estatística	1	1	*	*
Analista Jurídico/Farmácia	2	2	*	*
Analista Jurídico/Jornalismo	1	1	*	*
Analista Jurídico/Psicologia	1	1	*	*
TOTAL	57	39	8	10
Técnico Jurídico/Apoio Administrativo	30	18	6	6
Técnico Jurídico/Eletricidade				
Comunicação	3	2	*	1
Técnico Jurídico/Tecnologia e Informação	10	6	2	2
TOTAL	43	26	8	9

9. Haverá formação de cadastro de reserva na proporção de 10 vezes o número total de vagas prevista no quadro acima para cada cargo/especialidade (subitem 4.1).

10. As regras para concorrer às vagas destinadas a candidatos com deficiência estão previstas no item 5. Nos termos do art. 12 da Lei Complementar Distrital nº 840/2011, bem como do art. 8º, § 5º, da Lei nº 4.949/2012, o subitem 5.1 prevê a reserva de 20% das vagas destinadas a cada cargo/especialidade e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso aos candidatos com deficiência. Convém ressaltar que o subitem 5.4.1 prevê a possibilidade de interposição de recurso contra a decisão que indeferir o pleito do candidato para concorrer a tais vagas.

11. Acerca das vagas destinadas a essa clientela, releva observar que o TCDF, por meio da Decisão Normativa nº 1/2018, publicada no DODF de 13/06/2018, estabelece critérios diferenciados para o “preenchimento de vagas em concursos públicos, destinadas às pessoas com deficiência, no âmbito do Distrito Federal”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

12. Nesse sentido, seria de bom alvitre o edital normativo deixar consignado que o procedimento da eventual nomeação de candidatos com deficiência obedecerá ao disposto na citada Decisão Normativa, nos moldes do que foi deliberado na Decisão nº 3179/2018, item II, "c".

13. O subitem 5.6 dispõe sobre a avaliação biopsicossocial do candidato que teve sua inscrição deferida para concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência. No subitem 5.7 há previsão de que o resultado provisório na avaliação biopsicossocial dos candidatos com deficiência ocorrerá na data provável de 08/07/2020. Nos termos do subitem 5.7.1 cabe recurso contra o referido resultado.

14. O item 6 trata das vagas destinadas aos candidatos negros. Na forma do art. 1º da Lei Distrital nº 6321/2019, o subitem 6.1 estabelece que 20% das vagas destinadas a cada cargo/especialidade e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do certame serão destinadas a tal clientela. O subitem 6.1.3.1 reza que a autodeclaração do candidato deve ser confirmada mediante procedimento de heteroidentificação, realizado por comissão designada para tal fim.

15. O subitem 6.2.1 prevê que o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros deverá ocorrer antes da homologação do resultado final. Já o subitem 6.10 prevê, como data de publicação do resultado provisório de tal procedimento o dia 05/08/2020. Os subitens 6.10.1 e seguintes asseguram a interposição de recurso contra o referido resultado.

16. As condições para isenção do pagamento da taxa de inscrição estão definidas no item 7, nos termos das Leis DF nºs 4949/2012 (doador de sangue e beneficiário de programa social de complementação de renda), 5818/2017 (prestador de serviço à Justiça Eleitoral), 5968/2017 (isenção parcial ao doador de medula) e 6314/2019 (comissário ou agente de proteção da infância e da juventude). Há possibilidade de interposição de recurso contra o indeferimento do pleito de solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição, a teor do subitem 7.11.1.

17. O valor das taxas de inscrição (R\$ 78,00 para o cargo de Analista Jurídico e R\$ 54,00 para o cargo de Técnico Jurídico) e o período (03/02 a 20/02/2020) estão relacionados no item 8. Importa mencionar que os referidos valores estão de acordo com o limite estabelecido pelo art. 22 da Lei nº 4949/2012.

18. As inscrições poderão ser efetuadas somente via INTERNET (subitem 8.2). Todavia, para os candidatos que não dispuserem de acesso à INTERNET, será disponibilizado local para a realização das inscrições, no período acima mencionado (subitem 8.3).

19. A devolução do valor da taxa de inscrição ocorrerá somente no caso do cancelamento do concurso público por conveniência da Administração Pública, conforme o subitem 8.4.6.

20. O subitem 8.4.8 prevê prazo para pedidos de atendimento especial para realização das provas. No subitem 8.4.8.11.1 consta a possibilidade de interposição de recurso pelo candidato contra o indeferimento do pleito.

21. A descrição das fases do concurso consta da tabela do subitem 9.1: Provas objetivas (Conhecimentos básicos, P1, e específicos, P2), para ambos os cargos, e Prova discursiva (P3), somente para o cargo de Analista Jurídico.

22. As provas objetivas e a prova discursiva do cargo de Analista Jurídico serão aplicadas na data provável de 22/03/2020, no turno da manhã (subitem 9.2), enquanto as provas objetivas do cargo de Técnico Jurídico o serão na mesma data, porém no turno da tarde (subitem 9.3),



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

respeitando-se a regra do inciso I3 do art. 11 da Lei nº 4949/2012.

23. As provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, abrangerão os objetos de avaliação constantes do item 15 do edital e valerão 120,00 pontos (subitem 10.1).

24. Apesar do subitem 10.11.2 não se referir expressamente ao ajuste proporcional do sistema de pontuação das provas objetivas em caso de anulação de questão, previsto no art. 59 da Lei nº 4949/2012, a aplicação das fórmulas contidas no referido dispositivo realiza o referido ajuste, não sendo necessárias medidas adicionais.

25. Por outro lado, o subitem 10.12.7 estabelece que, se do exame de recursos resultar a anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido, o que contraria a regra acima citada no parágrafo anterior (ajuste proporcional), razão pela qual o referido subitem deve ser excluído do edital em exame.

26. Será considerado reprovado nas provas objetivas e eliminado do certame o candidato que se enquadrar em uma das seguintes situações, quando obtiver nota inferior a: a) 10,00 pontos na prova objetiva de conhecimentos básicos P1; b) 21,00 pontos na prova objetiva de conhecimentos específicos P2; c) 36,00 pontos no conjunto das provas objetivas (subitem 10.11.4). O candidato eliminado não terá classificação alguma no concurso (subitem 10.11.4.1).

27. Em obediência ao art. 55, § 1º, da Lei Distrital nº 4949/2012, é possível a interposição de recurso contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas (subitem 10.12.2), bem como contra o resultado provisório nas provas objetivas, que deve ser publicado na data provável de 27/04/2020 (subitem 9.5.1), no prazo de 10 (dez) dias úteis.

28. Respeitados os empates da última colocação, serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos ao cargo de Analista Jurídico aprovados nas provas objetivas e classificados conforme o quadro seguinte (subitem 11.7.1):

Cargo/Especialidade	Total de Correções	Ampla concorrência	Pessoas com deficiência	Negros
Analista Jurídico/Administração	120	72	24	24
Analista Jurídico/Analista Sistema (Desenvolvimento de Sistemas)	240	144	48	48
Analista Jurídico/Analista Sistema (Suporte e Infraestrutura)	180	108	36	36
Analista Jurídico/Arquivologia	30	18	6	6
Analista Jurídico/Biblioteconomia	30	18	6	6
Analista Jurídico/Contabilidade	360	216	72	72
Analista Jurídico/Direito e Legislação	600	360	120	120
Analista Jurídico/Estatística	30	18	6	6
Analista Jurídico/Farmácia	60	36	12	12
Analista Jurídico/Jornalismo	30	18	6	6
Analista Jurídico/Psicologia	30	18	6	6

29. O subitem 11.7.2 dispõe que o candidato cuja prova discursiva não for corrigida na forma do subitem 11.7.1 do edital estará automaticamente eliminado e não terá classificação alguma no concurso. A nosso ver, tal redação está imprecisa, pois o subitem 11.7.1 convoca os candidatos para referida prova, os quais decerto terão suas provas corrigidas. Assim, propomos a retificação do subitem 11.7.2 para deixar claro que os candidatos não convocados para a prova discursiva, bem como aqueles que, convocados, não a realizarem estarão eliminados do certame.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

30. A prova discursiva, que será aplicada na data provável de 22/03/2020, no turno da manhã (subitem 9.2), consistirá da redação de texto dissertativo, de até 30 linhas, a respeito de temas relacionados aos conhecimentos específicos de cada especialidade, valendo 40,00 pontos (subitem 11.1). Relativamente a essa prova, a nosso ver, os subitens 11.7.3 a 11.7.5 atendem ao disposto no art. 37 da Lei nº 4949/2012.

31. Será aprovado na prova discursiva o candidato que obtiver pelo menos 20,00 pontos (subitem 11.7.6). Aquele que não se enquadrar nessa pontuação será eliminado e não terá classificação alguma no certame (subitem 11.7.6.1).

32. Caberá recurso contra o padrão preliminar de resposta da prova discursiva, no prazo de 10 dias úteis (subitem 11.8.2). Mais adiante, o subitem 11.8.7 franqueia a interposição de recurso contra o resultado provisório na prova discursiva, sem, contudo, fixar prazo para tanto. Assim, somos pela retificação do subitem 11.8.7 para que fixe o prazo de 10 dias úteis para interposição do recurso ali previsto, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 4949/2012.

33. Para o cargo de Analista Jurídico, a nota final no concurso será o somatório da nota final nas provas objetivas e da nota final na prova discursiva (subitem 12.1). Já para o cargo de Técnico Jurídico, a nota final no certame será a nota final nas provas objetivas (subitem 12.2).

34. Nos termos do subitem 12.6, o edital de resultado final no concurso público contemplará a relação dos candidatos aprovados, ordenados por classificação por cargo/especialidade, até os limites quantitativos previstos no quadro a seguir, que representa o total de vagas ofertadas originariamente, constante do item 4 do edital em exame, acrescido das vagas relativas ao cadastro de reserva mencionado no subitem 4.1:

Cargo/Especialidade	Total de Aprovados	Ampla concorrência	Pessoas com deficiência	Negros
Analista Jurídico/Administração	44	27	8	9
Analista Jurídico/Analista Sistema (Desenvolvimento de Sistemas)	88	53	17	18
Analista Jurídico/Analista de (Suporte e Infraestrutura)	66	40	13	13
Analista Jurídico/Arquivologia	11	7	2	2
Analista Jurídico/Biblioteconomia	11	7	2	2
Analista Jurídico/Contabilidade	132	80	26	26
Analista Jurídico/Direito e Legislação	220	132	44	44
Analista Jurídico/Estatística	11	7	2	2
Analista Jurídico/Farmácia	22	14	4	4
Analista Jurídico/Jornalismo	11	7	2	2
Analista Jurídico/Psicologia	11	7	2	2
Técnico Jurídico/Apoio Administrativo	330	198	66	66
Técnico Jurídico/Eletricidade e Comunicação	33	20	6	7
Técnico Jurídico/Tecnologia e Informação	110	66	22	22

35. Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados conforme quadro acima, ainda que tenham atingido nota mínima para a aprovação, estarão automaticamente eliminados do concurso público e não terão classificação alguma (subitem 12.7).

36. Os critérios de desempate constam do item 13. O subitem 13.2 trata da entrega de documentação que comprove o exercício da função de jurado (um dos critérios de desempate), todavia tal dispositivo faz referência ao subitem 12.1, sendo que o correto é 13.1, devendo o edital ser alterado quanto a este particular.

37. O prazo de validade do concurso esgotar-se-á após dois anos,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

contados da publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período (subitem 14.29). 38. Não consta do edital normativo o cronograma para as nomeações, conforme disposto no art. 10, II, in fine, da Lei nº 4949/2012. Assim, propomos à Corte que determine à jurisdição que adote as providências cabíveis, esclarecendo-a que o cronograma a ser divulgado é passível de modificação a qualquer tempo, podendo adaptar-se às condições econômicas e financeiras da Administração, se assim for necessário.

39. O citado art. 10 da Lei DF nº 4949/2012 estabelece, no inciso X, que o edital normativo do concurso deve conter indicação dos mecanismos de divulgação dos resultados, inclusive o final, com datas, locais e horários (redação dada pela Lei local nº 6074/2018). Todavia, não há no edital em exame data provável de divulgação do edital de resultado final do certame, razão pela qual necessária se faz retificação para tal fim.

40. Esses foram os pontos do edital que entendemos ser merecedores de destaque, sem embargo de que, a nosso ver, os demais dispositivos dele constantes guardam conformidade com as normas que regem a matéria.

Ante o exposto, considerando a inexistência de óbices ao regular andamento do certame, sugerimos:

I – tomar conhecimento do Edital nº 1 – PGDF, publicado no DODF de 20/12/2019, que divulga a realização de concurso público o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Jurídico (várias especialidades) e de Técnico Jurídico (várias especialidades), da Carreira Apoio às Atividades Jurídicas da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF (Peça 1).

II – determinar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF que, no prazo de 10 (dez) dias, relativamente ao Edital nº 1 – PGDF, publicado no DODF de 20/12/2020:

a) inclua subitem para deixar consignado que o procedimento para a eventual nomeação de candidatos com deficiência obedecerá ao estabelecido na Decisão Normativa nº 01/2018 – TCDF, publicada no DODF de 13/06/2018;

b) exclua o subitem 10.12.7, que contraria não apenas os termos do art. 59 da Lei DF nº 4949/2012, como também as adequadas disposições do subitem 10.11.2, que contemplou o ajuste proporcional ao sistema de pontuação em caso de anulação de questão das Provas Objetivas;

c) retifique o subitem 11.7.2 para deixar claro que os candidatos não convocados para a prova discursiva, na forma do subitem 11.7.1, bem como aqueles que, convocados, não a realizarem estarão eliminados e não terão classificação alguma no certame;

d) retifique o subitem 11.8.7 para estabelecer o prazo de 10 dias úteis para interposição de recurso contra o resultado provisório da prova discursiva, conforme disposto no § 1º do art. 55 da Lei nº 4949/2012;

e) altere o subitem 13.2 para que faça referência ao subitem correto (13.1);

f) inclua o cronograma de nomeações, conforme exige o art. 10, II, in fine, da Lei nº 4949/2012, esclarecendo à jurisdição que o cronograma a ser divulgado é passível de modificação a qualquer tempo, podendo adaptar-se às condições econômicas e financeiras da Administração, se assim for necessário;

g) faça constar a data provável de divulgação do edital de resultado final do certame, em atendimento ao comando do art. 10,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

X, da Lei nº 4949/2012, com a redação dada pela Lei nº 6074/2018;

III – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para o acompanhamento do certame.

Passo ao exame do feito.

Ao compulsar estes autos, verifico que a matéria reclama exame célere, havendo necessidade de prolação de decisão liminar, uma vez que o Plenário está com suas atividades suspensas desde o dia 16.12.19, em razão de recesso regimental.

A SEFIPE, ao examinar o edital normativo que regula o certame público, detectou divergências entre algumas de suas disposições e as normas aplicáveis à matéria.

Ante as informações trazidas pela instrução, constato que há necessidade de se determinar ao órgão promotor do concurso que faça as correções devidas, sem prejuízo do regular seguimento do certame.

Outrossim, observo que o Edital, em seu item 12.6, ao estabelecer que não será atribuída classificação alguma aos candidatos classificados para além do número de vagas do cadastro reserva, indiretamente faz letra morta as disposições do § 4º, do art. 10, da Lei 4949/12, acrescida pela Lei nº 6.166, de 29/6/2018, que estabelece a possibilidade de a Administração Pública realizar nomeações além do número de vagas inicialmente previsto no cadastro de reserva, observada a comprovada necessidade do serviço público, a disponibilidade orçamentária e respeitada a ordem de classificação.

Tenho, pois, que para se dar efetividade à norma, é necessário determinar à jurisdicionada que adeque o texto do item 12.6, do Edital Normativo, de modo que seja publicada a relação de todos os candidatos participantes da última fase do certame, item 12 do mencionado edital, que obtiverem classificação para além do número de vagas previstas no cadastro reserva.

Assim, convergindo para o que propõe a Unidade Técnica, com acréscimo, fundamentado no art. 16, inciso XIV, do Regimento Interno do TCDF, **ad referendum** do egrégio Plenário, **DECIDO:**

I – tomar conhecimento do Edital nº 1 – PGDF (e-doc 81187D6F-e), publicado no DODF de 20/12/2019, que divulga a realização de concurso público o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Jurídico (várias especialidades) e de Técnico Jurídico (várias especialidades), da Carreira Apoio às Atividades Jurídicas da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF (Peça 1);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

II – determinar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF que, sem prejuízo do regular prosseguimento do certame, no prazo de 10 (dez) dias, relativamente ao Edital nº 1 – PGDF, publicado no DODF de 20/12/2020:

- a) inclua subitem para deixar consignado que o procedimento para a eventual nomeação de candidatos com deficiência obedecerá ao estabelecido na Decisão Normativa nº 01/2018 – TCDF, publicada no DODF de 13/06/2018;
- b) exclua o subitem 10.12.7, que contraria não apenas os termos do art. 59 da Lei DF nº 4949/2012, como também as adequadas disposições do subitem 10.11.2, que contemplou o ajuste proporcional ao sistema de pontuação em caso de anulação de questão das Provas Objetivas;
- c) retifique o subitem 11.7.2 para deixar claro que os candidatos não convocados para a prova discursiva, na forma do subitem 11.7.1, bem como aqueles que, convocados, não a realizarem, estarão eliminados e não terão classificação alguma no certame;
- d) retifique o subitem 11.8.7 para estabelecer o prazo de 10 dias úteis para interposição de recurso contra o resultado provisório da prova discursiva, conforme disposto no § 1º do art. 55 da Lei nº 4949/2012;
- e) altere o subitem 13.2 para que faça referência ao subitem correto (13.1);
- f) inclua o cronograma de nomeações, conforme exige o art. 10, II, in fine, da Lei n.º 4949/2012, esclarecendo à jurisdicionada que o cronograma a ser divulgado é passível de modificação a qualquer tempo, podendo adaptar-se às condições econômicas e financeiras da Administração, se assim for necessário;
- g) faça constar a data provável de divulgação do edital de resultado final do certame, em atendimento ao comando do art. 10, X, da Lei nº 4949/2012, com a redação dada pela Lei nº 6074/2018;
- h) adeque a redação do item 12.6, de modo a dar efetividade ao comando do § 4º, do art. 10, da Lei 4949/12,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

acrescido pela Lei nº 6.166, de 29/6/2018, no sentido de que seja publicada a relação de todos os candidatos participantes da última fase do certame, item 12 do mencionado edital, que obtiverem classificação para além do número de vagas previstas no cadastro reserva;

III – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para acompanhamento do certame.

Brasília, 6 de janeiro de 2020.

MARCIO MICHEL
Presidente em Exercício



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Processo nº: 223.877/2019-e.

Jurisdicionada: Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF.

Assunto: Edital de Concurso Público.

Ementa:

- Edital de Concurso Público para o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Jurídico (várias especialidades) e de Técnico Jurídico (várias especialidades), da Carreira Apoio às Atividades Jurídicas da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, regulado pelo Edital nº 1 – PGDF, publicado no DODF de 20/12/2019. Período de inscrições: 03/02/2020 a 20/02/2020. Conhecimento;
- Corpo Técnico: sugere a fixação de prazo para correções do edital, sem prejuízo do regular seguimento do certame;

- Decisão liminar convergente, com acréscimo.

DECISÃO LIMINAR nº 01/2020 - P/AT

O Presidente em exercício do Tribunal de Contas do Distrito Federal, convergindo para o que propõe a Unidade Técnica, com acréscimo, fundamentado nas disposições do art. 16, inciso XIV, do Regimento Interno do TCDF, **ad referendum** do egrégio Plenário, **DECIDE:**

I – tomar conhecimento do Edital nº 1 – PGDF, publicado no DODF de 20/12/2019, que divulga a realização de concurso público o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Jurídico (várias especialidades) e de Técnico Jurídico (várias especialidades), da Carreira Apoio às Atividades Jurídicas da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF (Peça 1).

II – determinar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF que, sem prejuízo do regular prosseguimento do certame, no prazo de 10 (dez) dias, relativamente ao Edital nº 1 – PGDF, publicado no DODF de 20/12/2020 (e-doc 81187D6F-e):

a) inclua subitem para deixar consignado que o procedimento para a eventual nomeação de candidatos com deficiência obedecerá ao estabelecido na Decisão Normativa nº 01/2018 – TCDF, publicada no DODF de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

13/06/2018;

b) exclua o subitem 10.12.7, que contraria não apenas os termos do art. 59 da Lei DF nº 4949/2012, como também as adequadas disposições do subitem 10.11.2, que contemplou o ajuste proporcional ao sistema de pontuação em caso de anulação de questão das Provas Objetivas;

c) retifique o subitem 11.7.2 para deixar claro que os candidatos não convocados para a prova discursiva, na forma do subitem 11.7.1, bem como aqueles que, convocados, não a realizarem estarão eliminados e não terão classificação alguma no certame;

d) retifique o subitem 11.8.7 para estabelecer o prazo de 10 dias úteis para interposição de recurso contra o resultado provisório da prova discursiva, conforme disposto no § 1º do art. 55 da Lei nº 4949/2012;

e) altere o subitem 13.2 para que faça referência ao subitem correto (13.1);

f) inclua o cronograma de nomeações, conforme exige o art. 10, II, in fine, da Lei n.º 4949/2012, esclarecendo à jurisdicionada que o cronograma a ser divulgado é passível de modificação a qualquer tempo, podendo adaptar-se às condições econômicas e financeiras da Administração, se assim for necessário;

g) faça constar a data provável de divulgação do edital de resultado final do certame, em atendimento ao comando do art. 10, X, da Lei nº 4949/2012, com a redação dada pela Lei nº 6074/2018;

h) adeque a redação do item 12.6, de modo a dar efetividade ao comando do § 4º, do art. 10, da Lei 4949/12, acrescido pela Lei nº 6.166, de 29/6/2018, no sentido de que seja publicada a relação de todos os candidatos participantes da última fase do certame, item 12 do mencionado edital, que obtiverem classificação para além do número de vagas previstas no cadastro reserva;

III – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para acompanhamento do certame.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Brasília, 6 de janeiro de 2020.

MARCIO MICHEL
Presidente em exercício